

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Introdução	1
Capítulo I – Da Natureza do Órgão do JECrim	5
Capítulo II – Competência do Juizado Especial Criminal	7
2.1. Competência em razão da matéria	7
2.2. Ampliação da competência do Juizado Especial Criminal por força da nova definição de crime de menor potencial ofensivo	21
2.3. Competência em razão do local do delito	23
2.4. Competência em razão da pessoa	24
2.5. Declinação de competência	25
2.5.1. Declinação de competência em razão de o autor dos fatos se encontrar em local incerto e não sabido	25
2.5.2. Declinação de competência em razão da complexidade ou circunstâncias do caso que impedem o oferecimento de denúncia	25
2.5.3. Declinação da competência em razão da conexão de crimes	26
2.5.3.1. Momento oportuno para propor a composição do dano civil e transação penal quando houver crimes conexos com os de menor potencial ofensivo	26
2.5.4. Declinação da competência em razão da adoção de rito especial	27
2.5.5. Declinação da competência em concurso material de crimes	27
2.6. Tribunal competente para decidir conflito de competência	27
2.7. Competência de foro por prerrogativa de função e conexão	32
2.7.1. Competência de foro por prerrogativa de função dos magistrados durante a aposentadoria e na convocação para os tribunais	33
2.7.2. Competência nos crimes conexos de competência das Justiças Estadual e Federal	34
2.7.3. Competência nos crimes conexos praticados por policial militar e civil	34
2.7.4. Competência para processar e julgar militar por crime de abuso de autoridade	34
2.7.5. Competência para processar e julgar o militar que praticar simultaneamente crimes militar e comum	35
2.7.6. Conflito de competência entre Juizado Especial Federal e Juízo Federal	35
2.7.7. Competência para processar e julgar a falsificação e uso de documento falso relativo a estabelecimento particular	35
2.7.8. Competência no crime de falso testemunho praticado no processo trabalhista	35
2.8. Conflito de atribuições entre membros do Ministério Público	35
2.9. Princípios do Ministério Público	37
2.10. Investigação direta pelo Ministério Público	38
Capítulo III – Princípios que Orientam o Procedimento dos Juizados Especiais Federais e Estaduais Criminais	41
3.1. Princípio da oralidade	41
3.2. Princípio da informalidade	42

3.3. Princípio da celeridade.....	42
3.4. Princípio da economia processual.....	42
Capítulo IV – Dos Atos Processuais.....	45
4.1. Do momento da realização dos atos processuais no Juizado Especial Criminal.....	45
4.2. Da publicidade dos atos processuais.....	45
4.3. Do horário de funcionamento dos Juizados Especiais Criminais.....	45
4.4. Da prática dos atos processuais em outra comarca.....	46
4.5. Dos atos processuais que devem constar de documento escrito.....	46
Capítulo V – Das Citações e Intimações.....	47
5.1. Da citação.....	47
5.2. Da intimação.....	50
5.2.1. A intimação pessoal do defensor.....	54
5.2.2. A intimação do defensor para oferecer a defesa inicial obrigatória.....	55
5.2.3. A intimação do Ministério Público.....	57
5.2.4. Direito de requisição do preso para entrevista com o Defensor Público.....	58
Capítulo VI – Da Fase Preliminar do Procedimento.....	61
6.1. Da lavratura do termo circunstanciado.....	61
6.1.1. Deslocamento da competência do JECrim para o Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar nos delitos que envolvem violência doméstica e familiar ..	63
6.2. Do termo circunstanciado lavrado pela Secretaria do Juizado.....	64
6.3. Da lavratura de termo circunstanciado pela Polícia Militar.....	64
6.4. Da lavratura do auto de prisão em flagrante e exigência de prestação de fiança nos delitos de competência do juizado.....	65
6.5. Da necessidade de representação criminal nos crimes de ação penal pública condicionada à representação.....	67
6.5.1. Da representação criminal nos delitos de competência do Juizado Especial Criminal.....	67
6.5.2. Da necessidade de representação criminal nos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas, e da aplicação retroativa da Lei nº 9.099/95.....	71
6.5.3. Da necessidade de representação nos crimes de lesão corporal leve e culposa no âmbito da Justiça Militar.....	73
6.6. Da possibilidade jurídica de instauração de inquérito no procedimento do Juizado Especial Criminal.....	74
6.6.1. Da dispensa do inquérito policial.....	74
6.6.2. Da necessidade da instauração de inquérito policial.....	75
6.7. Da remessa dos autos ao Juízo Criminal Comum.....	76
Capítulo VII – Das Testemunhas no Juizado.....	77
7.1. Da intimação das testemunhas.....	77
7.2. Do número máximo de testemunhas a serem arroladas.....	77
Capítulo VIII – Da Audiência Preliminar de Conciliação no JECrim.....	79
Capítulo IX – Do Procedimento Adotado na Prática dos Juizados Especiais Criminais.....	81
9.1. Da lavratura do termo circunstanciado pela autoridade policial.....	81
9.2. Do registro e autuação do termo circunstanciado pelo cartório do Juizado Especial Criminal.....	81
9.3. Procedimento do Ministério Público ao se manifestar sobre o termo circunstanciado.....	81

9.4. Da designação de audiência preliminar de conciliação	82
9.5. Da necessidade de advertência ao autor do fato de comparecer à audiência preliminar de conciliação acompanhado de advogado.	82
9.6. Procedimento do conciliador na audiência preliminar de conciliação.	83
9.7. Da ilegalidade do ato do juiz condicionando a homologação do acordo ao seu cumprimento	83
9.8. Da não aceitação da proposta de composição do dano civil e realização da proposta de transação penal	83
9.9. Da ilegalidade do ato do juiz em condicionar a homologação da transação penal ao cumprimento da pena aceita.	84
9.10. Da composição dos danos civis pelos representantes judiciais da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais.	84
9.11. Da renúncia legal decorrente da composição do dano civil.	84
9.12. Do não cabimento de renúncia com a composição do dano civil nos crimes de ação penal pública incondicionada	85
9.13. Dos limites do conciliador na audiência preliminar de conciliação	85
9.14. Da decisão que homologa a composição do dano civil e seus efeitos.	86
9.15. Da dispensa do trânsito em julgado da sentença que homologa o acordo.	87
9.16. Da função do Ministério Público na audiência preliminar	87
9.17. Da consequência jurídica quando acordada a reparação dos danos na audiência preliminar de conciliação	87
9.18. Da consequência jurídica quando acordada a reparação dos danos na audiência de instrução e julgamento	88
9.19. Da obrigação de o Ministério Público propor a transação penal na audiência preliminar de conciliação	88
9.20. Divergência doutrinária quanto à possibilidade de o juiz propor de ofício a transação penal quando não for feita pelo Ministério Público.	90
9.21. Da não homologação do acordo na transação penal quando atípica a conduta ou não comprovada a existência do fato ou sua autoria	90
9.22. Natureza da sentença que homologa a transação penal.	91
9.23. Divergência doutrinária quanto à natureza e efeitos da decisão que homologa o acordo na transação penal	92
9.24. Do cabimento de recurso contra a sentença que homologa o acordo na transação penal ..	94
9.25. Do não cabimento de recurso contra sentença que deixa de homologar o acordo na transação penal.	94
9.26. Do cabimento de <i>habeas corpus</i> quando não for proposta a transação penal	94
9.27. Do pedido de arquivamento do termo circunstanciado pelo Ministério Público	94
Capítulo X – Da Ação e do Processo	97
10.1. Teorias sobre o direito de ação.	97
10.1.1. A ação como direito imanente	97
10.1.2. A ação como direito concreto.	97
10.1.3. A ação como direito potestativo.	97
10.1.4. A ação como direito abstrato	98
10.1.5. A ação como categoria eclética	98
10.1.6. A teoria da asserção	98
10.2. Características do direito de ação	99
10.3. Condições da ação penal	99
10.3.1. Legitimidade	100
10.3.2. Interesse de agir.	100
10.3.2.1. O interesse do assistente de acusação	101

10.3.3. Possibilidade jurídica do pedido	102
10.3.4. A justa causa como condição da ação penal	102
10.4. Princípios da ação penal	102
10.4.1. Obrigatoriedade	102
10.4.2. Indisponibilidade	104
10.4.3. Oportunidade	104
10.4.4. Disponibilidade	104
10.4.5. Oficialidade	105
10.4.6. Princípio da indivisibilidade	105
10.4.7. Princípio da intranscendência	106
10.4.8. Princípio da publicidade	107
10.4.9. Mitigação dos princípios da obrigatoriedade e da indisponibilidade da ação penal pública com a transação penal e a suspensão condicional do processo	107
10.5. Do oferecimento de denúncia e de sua rejeição	107
10.5.1. Do cabimento de <i>habeas corpus</i> contra a decisão que recebe a denúncia	108
10.5.2. A imputação alternativa	109
10.6. Classificações das ações penais	109
10.6.1. Das ações penais de natureza pública	109
10.6.2. Classificação das ações penais privadas	110
10.6.3. A ação penal concorrente	111
10.6.4. A ação penal popular	111
10.6.5. A ação penal <i>ex officio</i>	112
10.6.6. A ação penal nos crimes de responsabilidade dos prefeitos	112
10.6.7. A violência real nos crimes contra os costumes	112
10.7. Das peças que inauguram as ações penais	113
10.8. Requisitos formais da denúncia e da queixa-crime	114
10.9. Das causas de rejeição da denúncia ou da queixa	114
10.10. Da admissibilidade de ação penal privada subsidiária da pública no Juizado Especial Criminal	115
10.11. Da forma da denúncia ou da queixa-crime	115
10.12. Da necessidade de diligência imprescindível ao oferecimento da denúncia	116
10.13. Da remessa dos autos para o Juízo Criminal Comum	116
10.14. Da faculdade legal de oferecimento da queixa-crime de forma oral	117
10.15. Diligências imprescindíveis ao oferecimento da queixa-crime	117
10.16. Contagem do prazo decadencial quando a queixa-crime não for oferecida na audiência preliminar de conciliação e sendo requeridas diligências	117
10.17. Ação civil <i>ex delicto</i> – reflexo da sentença criminal condenatória transitada em julgado	118
10.17.1. Reflexo no campo da responsabilidade civil da sentença condenatória criminal transitada em julgado	119
10.17.2. Suspensão da ação cível em razão da ação penal	120
10.17.3. Transação penal e seu reflexo no campo da responsabilidade civil	120
10.17.4. Efeitos da sentença criminal absolutória no juízo cível	121
10.17.5. Reflexo no juízo cível da sentença criminal que isenta de pena o agente	123
10.17.6. Reflexo no juízo cível da sentença que determina o arquivamento do inquérito policial	123
10.17.7. Reflexo no juízo cível da sentença criminal que julgar extinta a punibilidade do agente	123
10.17.8. Reflexo no juízo cível da sentença que absolver o réu por considerar o fato imputado não constituir crime	124
10.17.9. Sentença criminal condenatória transitada em julgado e a culpa objetiva	124

10.18. Legitimidade do Ministério Público para promover a execução da responsabilidade civil <i>ex delicto</i>	125
10.18.1. A inconstitucionalidade progressiva	126
10.19. A legitimidade para os crimes contra os costumes – embate entre a Defensoria Pública e o Ministério Público	127
10.20. Das teorias acerca da natureza jurídica do processo	127
10.20.1. O processo como um contrato	128
10.20.2. O processo como quase contrato	128
10.20.3. O processo como relação jurídica	128
10.20.4. O processo como situação jurídica	128
10.20.5. O processo como serviço público	129
10.20.6. O processo como instituição	129
10.20.7. O processo como procedimento em contraditório	129
10.20.8. O processo como categoria complexa	129
10.20.9. O processo como categoria jurídica autônoma	129
10.21. A configuração da relação processual	130
10.21.1. Configuração linear da relação processual	130
10.21.2. Configuração angular da relação processual	130
10.21.3. Configuração triangular da relação processual	130
10.22. Características da relação processual	131
10.23. Distinção entre processo e procedimento	131
10.24. Pressupostos processuais	132
10.24.1. Órgão investido de jurisdição	132
10.24.2. Partes capazes	132
10.24.2.1. Legitimidade <i>ad processum</i>	132
10.24.2.2. Capacidade postulatória	133
10.24.2.3. Demanda regularmente formulada	133
Capítulo XI – Da Audiência de Instrução e Julgamento	135
11.1. Das providências para a realização da audiência	135
11.2. Da renovação da proposta de composição do dano e de transação penal na audiência de instrução e julgamento	135
11.3. Da impossibilidade de adiamento de atos na audiência de instrução e julgamento	136
11.4. Do prosseguimento da audiência de instrução e julgamento quando não houver a composição do dano ou a transação penal	136
11.5. Finalidade e forma da defesa preliminar a ser oferecida na audiência de instrução e julgamento	136
11.6. Prosseguimento da audiência de instrução e julgamento com a proposta de suspensão condicional do processo depois de oferecida a defesa preliminar	137
11.7. Prosseguimento da audiência de instrução e julgamento quando não for aceita a proposta de suspensão condicional do processo	137
11.8. Do recurso contra a decisão que rejeitar a denúncia ou a queixa-crime	137
11.9. Do cabimento de <i>habeas corpus</i> contra a decisão que receber a denúncia ou a queixa-crime ..	138
11.10. Da sentença definitiva proferida na audiência de instrução e julgamento	138
11.11. Da gravação magnética da audiência de instrução e julgamento	138
11.12. Da inutilização da fita magnética onde foi gravada a audiência após o trânsito em julgado da sentença	138
Capítulo XII – Incidentes Processuais	139
12.1. Considerações sobre incidentes processuais	139

12.2. Questões prejudiciais	139
12.2.1. Conceito de questões prejudiciais	139
12.2.2. Elementos essenciais da prejudicialidade	140
12.2.3. Diferença entre questões prejudiciais e questões preliminares	140
12.2.4. Classificação das questões prejudiciais	140
12.2.4.1. Questões prejudiciais heterogêneas	140
12.2.4.2. Questões prejudiciais homogêneas	141
12.2.4.3. Questões prejudiciais obrigatórias	141
12.2.4.4. Questões prejudiciais facultativas	141
12.2.4.5. Questões prejudiciais não devolutivas	142
12.2.4.6. Questões prejudiciais devolutivas absolutas	142
12.2.4.7. Questões prejudiciais devolutivas relativas	142
12.2.5. Da produção de provas durante a suspensão do processo, enquanto seja apurada a questão prejudicial	143
12.2.6. Da suspensão da prescrição durante a suspensão do processo-crime	143
12.2.7. Da coisa julgada material com a decisão cível	143
12.2.8. Intervenção do Ministério Público nas questões prejudiciais	144
12.2.9. Intervenção do querelante na ação cível para apurar questão prejudicial suscitada na ação penal privada	144
12.2.10. Recurso contra decisão que suspender o processo	144
12.3. Questões preliminares	145
12.3.1. Considerações sobre questões preliminares	145
12.3.2. Exceção de incompetência	145
12.3.3. Exceção de ilegitimidade	146
12.3.4. Exceção de litispendência	147
12.3.5. Exceção de coisa julgada	147
12.3.6. Da exceção de suspeição e de impedimento	149
Capítulo XIII – Restituição de Coisas Apreendidas	153
Capítulo XIV – Medidas Assecuratórias	155
14.1. Conceito	155
14.2. Das espécies de medidas assecuratórias	155
14.2.1. Sequestro	155
14.2.2. Hipoteca especializada	157
14.2.3. Arresto	159
14.2.4. Outras medidas assecuratórias previstas na Lei nº 9.613/98	159
14.2.5. Medidas assecuratórias na Lei Antidrogas de nº 11.343/06	160
Capítulo XV – As Medidas Cautelares do Código de Processo Penal: Prisões Cautelares, Liberdade com e sem fiança e as medidas cautelares restritivas	163
15.1. O novo regime de medidas cautelares no Código de Processo Penal	163
15.1.1. Prisão em flagrante delito	164
15.1.2. Conceito	164
15.1.3. Requisitos para a lavratura do auto de prisão em flagrante	165
15.1.4. Comunicação da prisão em flagrante à Defensoria Pública	166
15.1.4.1. Vícios formais do auto de prisão em flagrante	166
15.1.4.2. Vícios materiais do auto de prisão em flagrante	167
15.1.5. Espécies de flagrante	169
15.1.5.1. Flagrante próprio	169

15.1.5.2. Flagrante impróprio	169
15.1.5.3. Flagrante presumido	169
15.1.5.4. Flagrante postergado ou dilatado	169
15.1.5.5. Flagrante preparado	170
15.1.5.6. Flagrante provocado	170
15.1.5.7. Flagrante esperado	170
15.1.5.8. Flagrante forjado	171
15.1.5.9. Flagrante em crime permanente	171
15.1.5.10. Flagrante nos crimes de ação penal privada ou pública condicionada à representação criminal	172
15.1.5.11. Flagrante em crime continuado	173
15.1.5.12. Flagrante em crime habitual	173
15.1.6. Desnecessidade de nomeação de curador no auto de prisão em flagrante	173
15.1.7. Da conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva	173
15.2. Da prisão preventiva	174
15.2.1. Conceito	174
15.2.2. Requisitos da prisão preventiva	175
15.2.2.1. Garantia da ordem pública	176
15.2.2.2. Garantia da ordem econômica	179
15.2.2.3. Conveniência da instrução criminal	180
15.2.2.4. Assegurar a aplicação da lei penal	181
15.2.2.5. Necessidade de intervenção cautelar	182
15.2.3. Descabimento da prisão preventiva quando o agente praticou o delito amparado por uma exclusão de ilicitude	183
15.2.4. Revogação da prisão preventiva	183
15.3. Prisão temporária	184
15.3.1. Conceito	184
15.3.2. Cabimento da prisão temporária	184
15.3.3. Competência para decretar a prisão temporária	185
15.3.4. Legitimidade para requerer a prisão temporária	185
15.3.5. Momento processual adequado para decretar a prisão temporária	185
15.3.6. Prazo para a prolação da decisão de decretação da prisão temporária	185
15.3.7. Da obrigatoriedade da manifestação ministerial no pedido de decretação da prisão temporária	186
15.3.8. Prazos da prisão temporária e sua prorrogação	186
15.3.9. Do momento processual oportuno para a prorrogação do prazo da prisão tempo- rária	186
15.3.10. Da liberdade imediata do prazo depois de decorrido o prazo da prisão temporá- ria, independentemente de alvará judicial	186
15.3.11. Da possibilidade de conversão da prisão temporária em prisão preventiva	187
15.3.12. Do ambiente prisional adequado para o cumprimento da prisão temporária	187
15.4. Da extinção da prisão cautelar para apelar de sentença condenatória e da decisão de pronúncia	187
15.4.1. Execução antecipada de pena	191
15.5. Da prisão cautelar na decisão de pronúncia	192
15.6. Da liberdade provisória	193
15.6.1. Da liberdade provisória sem fiança	195
15.6.2. Da liberdade provisória mediante prestação de fiança	196
15.6.3. Da liberdade provisória nos casos do art. 321 do Código de Processo Penal	198
15.7. Das medidas cautelares restritivas	199

15.7.1. Do momento adequado para a decretação das medidas cautelares restritivas	200
15.7.2. O descumprimento e a desnecessidade das medidas cautelares restritivas	200
15.7.3. Infrações penais que não admitem a decretação das medidas cautelares restritivas	200
15.7.4. O rol de medidas cautelares restritivas	201
15.7.5. Da prisão domiciliar.	202
15.7.6. Da prisão especial	204
15.7.7. Das novas regras acerca do cumprimento dos mandados de prisão	204
Capítulo XVI – Incidente de Falsidade.	205
16.1. Incidente de falsidade documental.	205
Capítulo XVII – Incidente de Insanidade Mental.	207
17.1. Incidente de insanidade mental	207
Capítulo XVIII – Provas	211
18.1. Conceito.	211
18.2. Classificação das provas	211
18.3. Objeto de prova	212
18.4. Meios de prova.	214
18.5. Ônus da prova	214
18.6. Princípios	215
18.7. Exigências para a produção da prova.	219
18.7.1. Produção antecipada de provas	220
18.8. Procedimento probatório	221
18.9. Sistema de avaliação das provas	222
18.10. Prova do direito	223
18.11. Prova proibida ou ilegal.	224
18.12. Prova ilícita por derivação – temperamentos.	229
18.13. Teoria da exclusão de ilicitude da prova ilícita	232
18.14. Prova emprestada	232
18.15. Alibi	235
18.16. Meios específicos de provas.	237
18.17. Prova documental.	237
18.18. Prova pericial	240
18.19. Prova testemunhal no procedimento do JECrim	245
18.20. Prova testemunhal em geral	246
18.20.1. Quem pode ser testemunha	246
18.20.2. Incomunicabilidade entre testemunhas	247
18.20.3. Classificação das testemunhas	247
18.20.4. Depoimento do promotor de justiça que participa do inquérito	249
18.20.5. O falso testemunho	250
18.20.6. Oralidade no depoimento e exceção	251
18.21. Do interrogatório do acusado.	252
18.21.1. Interrogatório como meio de prova	254
18.21.2. Direito de o acusado permanecer calado durante seu interrogatório.	254
18.21.3. Da necessidade da presença do defensor do acusado em seu interrogatório em juízo	256
18.21.4. Da desnecessidade de curador no interrogatório	258
18.21.5. Momento do interrogatório do acusado no Juizado Especial Criminal.	260
18.21.6. Possibilidade de novo interrogatório do acusado	261

18.21.7. Da controvérsia acerca da realização do interrogatório por videoconferência . . .	261
18.22. Interceptação e gravação ambiental	265
18.22.1. Distinção de interceptação e gravação ambiental	265
18.22.2. Autorização do uso da gravação ambiental por um dos interlocutores	266
18.23. Interceptação telefônica	268
18.24. Reconhecimento de pessoas e coisas	271
18.25. Acareação	271
18.26. Condução coercitiva de testemunha indiciada no inquérito policial à luz da Constituição Federal de 1988 e do Código de Processo Penal	274
18.26.1. Índicios	276
18.27. Busca e apreensão	276
18.27.1. Conceito	276
18.27.2. Busca pessoal	278
18.27.3. Busca domiciliar	280
18.28. Do sistema de gravação magnética	282
18.29. A prova mediúnica no Processo Penal	282
Capítulo XIX – Sujeitos Processuais	285
19.1. Conceito de sujeitos processuais	285
19.2. Dos sujeitos do processo	285
19.2.1. Partes no processo penal	285
19.2.2. Juiz	287
19.2.3. Ministério Público	292
19.2.4. Defensor do réu	292
19.2.5. Assistente de acusação	299
19.2.5.1. O interesse do assistente de acusação	299
19.2.5.2. A admissibilidade do assistente de acusação	301
19.2.5.3. A figura do acusador particular	303
19.2.5.4. O prazo para o recurso do assistente de acusação	303
19.2.5.5. A condição de vítima para a interposição de recurso pelo assistente de acusação	303
19.2.5.5.1. A possibilidade de interposição de recurso parcial pelo assistente de acusação	304
19.2.6. Auxiliares da justiça	304
19.2.7. Ofendido	305
19.2.7.1. A inquirição do ofendido	305
19.2.7.2. O atendimento multidisciplinar ao ofendido e a decretação do segredo de justiça	305
Capítulo XX – Sentença e Coisa Julgada	307
20.1. Classificação das decisões	307
20.2. Despachos ordinatórios	307
20.3. Decisão interlocutória	307
20.3.1. Simples	308
20.3.2. Mista ou com força de definitiva	308
20.3.2.1. Terminativas e não terminativas	309
20.4. Decisões terminativas de mérito ou definitivas em sentido estrito	309
20.5. Sentença	309
20.5.1. Condenatória	312
20.5.2. Absolutória própria	312
20.5.3. Absolutória imprópria	312

20.6. Súmula vinculante	312
20.7. <i>Emendatio libelli</i>	313
20.8. <i>Mutatio libelli</i>	314
20.8.1. <i>Mutatio libelli</i> e os Enunciados nºs 160 e 453 do STF	315
20.8.2. O aditamento da denúncia na <i>mutatio libelli</i>	315
20.9. Coisa julgada	316
20.9.1. Coisa julgada formal	316
20.9.2. Coisa julgada material	317
20.9.3. Preclusão <i>pro judicato</i>	317
20.9.4. Coisa soberanamente julgada para acusação e para a defesa – sua relativização	318
20.9.5. Absolvição pelo órgão incompetente – o império da coisa julgada	318
20.9.6. O uso de documento falso e a coisa julgada	319
20.9.7. Coisa julgada e os delitos praticados em concurso de crimes	321
20.9.8. Coisa julgada no Tribunal do Juri e nova ação penal	321
Capítulo XXI – Dos Pressupostos Recursais e dos Recursos nos Juizados Especiais Criminais ..	323
21.1. Conceito de recurso	323
21.2. Dos pressupostos do recurso	324
21.2.1. Pressupostos objetivos	324
21.2.2. Pressupostos subjetivos	328
21.2.3. Conflito de vontades	329
21.2.4. O recurso de ofício no Processo Penal	330
21.3. Sucumbência	331
21.3.1. Classificação da sucumbência	331
21.4. Do não conhecimento e da deserção do recurso	332
21.5. Princípios que orientam o recurso	333
21.5.1. Princípio da unirrecorribilidade	333
21.5.2. Princípio da indisponibilidade do recurso pelo Ministério Público	334
21.5.3. Princípio da mudança <i>in mellius</i> da decisão recorrida	334
21.5.4. Princípio da taxatividade	334
21.5.5. <i>Reformatio in pejus</i>	334
21.5.5.1. <i>Reformatio in pejus</i> indireta	335
21.6. Dos efeitos do recurso	340
21.6.1. A posição do STF acerca do efeito suspensivo	340
21.6.2. Sustentação oral após o representante do Ministério Público	341
21.6.3. Sustentação oral no caso de corréus com diferentes advogados	341
21.7. Das espécies de recurso no Juizado Especial Criminal	342
21.7.1. Do recurso de apelação	342
21.7.1.1. Da forma de interposição do recurso	342
21.7.1.2. Da possibilidade de interposição do recurso por telex, fac-símile ou internet	342
21.7.1.3. Da capacidade postulatória para a interposição do recurso	343
21.7.1.4. Do prazo para interposição do recurso e sua contagem	343
21.7.1.5. Da autoridade a quem deve ser dirigido o recurso e suas razões	344
21.7.1.6. Das razões de recurso	344
21.7.1.7. Das contrarrazões	344
21.7.1.8. Da ausência de razões e contrarrazões como obstáculo para apreciação do recurso	344
21.7.1.9. Da forma das razões e das contrarrazões	345
21.7.1.10. Da intimação da sentença e da contagem de prazo do recurso	345

21.7.1.11. Do processamento do recurso de apelação no juizado recorrido	345
21.7.1.12. Da Turma Recursal	346
21.7.1.13. Do processamento do recurso na Turma Recursal	346
21.7.2. Dos embargos de declaração	347
21.7.2.1. Do cabimento dos embargos	347
21.7.2.2. Da forma e prazo para opor embargos	347
21.7.2.3. Da suspensão do prazo para outros recursos em razão dos embargos	347
21.7.2.4. Dos embargos opostos pelo Ministério Público em favor do réu	348
21.7.2.5. Dos embargos dos embargos.	348
21.7.2.6. Da contagem do prazo de outros recursos quando opostos os embargos	348
21.7.2.7. Do não cabimento de embargos com fins protelatórios	348
21.7.3. Recurso especial nos Juizados Especiais Criminais	348
21.7.3.1. Do não cabimento de recurso especial	348
21.7.4. Do não cabimento de embargos infringentes do julgado nos Juizados Especiais Criminais	349
21.7.5. Do Recurso Extraordinário nos Juizados Especiais.	350
21.7.5.1. Do cabimento do Recurso Extraordinário.	350
21.7.5.2. Do recurso cabível contra a decisão que deixar de receber ou negar seguimento ao Recurso Extraordinário	351
21.7.5.3. Não cabimento de Recurso Extraordinário quando a decisão for passiva de Recurso Ordinário	351
21.7.5.4. Do prequestionamento da matéria para efeito de Recurso Extraordinário.	351
21.7.5.5. Não cabimento de embargos de declaração para fim exclusivo de prequestionamento da matéria federal atacada por Recurso Extraordinário ou Recurso Especial.	352
21.7.5.6. Não cabimento de Recurso Extraordinário pelo fundamento da Súmula nº 283 do STF	352
21.7.5.7. Não cabimento de Recurso Extraordinário quando deficiente sua fundamentação.	352
21.7.5.8. Do Recurso Extraordinário fundado em divergência jurisprudencial.	352
Capítulo XXII – Da Execução das Penas	353
22.1. Da execução da pena de multa.	353
22.2. Da execução da pena privativa de liberdade	354
22.3. Da execução da pena restritiva de direitos.	354
22.4. Da prescrição da pretensão executória da pena aplicada	354
22.5. Da prescrição da pretensão punitiva do Estado	355
22.6. Contagem do prazo prescricional da pretensão executória estatal.	355
22.7. Contagem do prazo prescricional da pretensão executória da pena acordada na transação penal.	356
22.8. Execução antecipada de pena.	356
Capítulo XXIII – Das Despesas Processuais	361
23.1. Das despesas processuais na homologação da composição do dano e na transação penal	361
23.2. Da condenação do réu ao pagamento de custas processuais	361
23.3. Da antecipação do pagamento de custas processuais na ação penal privada.	361
Capítulo XXIV – Da Suspensão Condicional do Processo.	363
24.1. Natureza da suspensão condicional do processo	363
24.2. Cabimento da suspensão condicional do processo	364

24.2.1. Do cabimento da suspensão condicional do processo quando o tipo penal prever a cominação alternativa da pena de multa	367
24.3. Cabimento da suspensão condicional do processo nos delitos em que a ação penal é de natureza privada.	367
24.4. Cabimento da suspensão condicional do processo nos delitos penais de competência do Juizado Especial Criminal e demais órgãos jurisdicionais	368
24.5. Cabimento da suspensão condicional do processo nas contravenções penais.	368
24.6. Cabimento da suspensão condicional do processo quando houver concurso de pessoas.	369
24.7. Cabimento da suspensão condicional do processo quando houver concurso de crimes.	369
24.8. Cabimento da suspensão condicional do processo nos delitos de competência das Justiças Militar, Eleitoral e Federal.	370
24.9. Cabimento da suspensão condicional do processo ao acusado em gozo de <i>sursis</i> decorrente de condenação por contravenção penal	370
24.10. Cabimento da suspensão condicional do processo quando houver desclassificação do crime de competência do Tribunal do Júri.	371
24.11. Da proposta de suspensão condicional do processo pelo juiz	372
24.12. Do cabimento de <i>habeas corpus</i> pelo não oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo.	372
24.12.1. Da possibilidade de impetração de <i>habeas corpus</i> em favor de réu que esteja em gozo da suspensão condicional do processo.	374
24.13. Da extinção da punibilidade do acusado após o decurso do prazo de suspensão do processo	374
24.14. Do cabimento de Recurso Extraordinário e de Recurso Especial quando negado o <i>habeas corpus</i> impetrado contra a decisão que não concedeu a suspensão do processo.	375
24.15. Da revogação da suspensão do processo	376
24.16. Cabimento de <i>habeas corpus</i> contra a decisão que revoga a suspensão condicional do processo	377
24.17. A suspensão condicional do processo como causa impeditiva da prescrição	377
24.18. Da aceitação da proposta de suspensão condicional do processo	377
24.19. Da consequência jurídica se o acusado não aceitar a proposta de suspensão condicional do processo	377
24.20. Da suspensão condicional do processo quando houver concurso de crimes.	377
24.21. Da aplicação retroativa da Lei nº 9.099/95 para efeito da suspensão condicional do processo	379
24.22. Da suspensão do processo após o trânsito em julgado da sentença condenatória anterior à vigência da Lei nº 9.099/95.	379
24.23. Da competência para suspender o processo quando em grau de recurso	380
24.24. Do elenco de jurisprudências a respeito da suspensão condicional do processo e a aplicação retroativa da Lei nº 9.099/95	381
24.25. Dos crimes que admitem a suspensão condicional do processo	383
Capítulo XXV – Da Aplicação Subsidiária dos Códigos Penal e de Processo Penal	385
Capítulo XXVI – Da Regulamentação do Funcionamento do Juizado Especial Criminal.	387
26.1. Da prática de atos processuais fora do alcance da sede da comarca	387
26.2. Do prazo para a criação e instalação dos Juizados Especiais	387
Capítulo XXVII – Da Revogação das Leis nºs 4.611/65 e 7.244/84.	389
Capítulo XXVIII – Do Inquérito Policial	391
28.1. Da finalidade do inquérito policial.	391

28.2. Da não instalação do princípio do contraditório na fase inquisitorial	391
28.3. Da não prevenção de competência no inquérito policial	391
28.4. Da iniciativa do inquérito policial	392
28.5. Das peças que iniciam o inquérito policial	393
28.5.1. Auto de prisão em flagrante	393
28.5.2. Notícia-crime	393
28.5.3. Representação criminal	393
28.5.4. Requerimento	394
28.5.5. Requisição do Ministro da Justiça	394
28.6. Da presidência do inquérito policial	394
28.7. Do prazo de conclusão do inquérito policial	395
28.8. Da peça que encerra o inquérito	395
28.9. Da indisponibilidade do inquérito pela autoridade policial	395
28.10. Do sigilo no inquérito policial	397
28.11. Da incomunicabilidade do indiciado preso	397
28.12. Da requisição pelo Ministério Público de instauração de inquérito policial no procedi- mento do Juizado Especial Criminal	398
28.13. Arquivamento do inquérito policial	398
28.14. Arquivamento implícito do inquérito	400
28.15. Desarquivamento do inquérito	401
28.16. Desnecessidade de curador de menor no inquérito	402
28.17. Arquivamento e desarquivamento do termo circunstanciado	402
Capítulo XXIX – Procedimentos Adotados no Processo Penal	403
29.1. Procedimento das contravenções penais	403
29.1.1. A nova sistemática dos ritos processuais estabelecida pela Lei nº 11.719/08	403
29.1.2. Das disposições comuns ao rito ordinário e sumário	405
29.1.2.1. Recebimento da inicial e citação do acusado	405
29.1.2.2. Oferecimento da resposta	408
29.1.2.3. Antecipação do exame do mérito da ação penal – absolvição antecipada	408
29.1.2.4. Designação de audiência	410
29.1.2.5. Consagração do princípio da identidade física do juiz	412
29.1.3. O rito ordinário	413
29.1.3.1. Designação e realização da audiência de instrução e julgamento	413
29.1.3.2. Da produção de prova testemunhal e o interrogatório do réu	415
29.1.3.2.1. Da ordem e forma de inquirição das testemunhas	416
29.1.3.3. Da realização de novas diligências	420
29.1.3.4. Da fase de alegações finais	420
29.1.4. O rito sumário	421
29.1.4.1. Designação e realização da audiência de instrução e julgamento	421
29.1.4.2. Da produção de prova testemunhal	421
29.1.4.3. Da fase de alegações finais	422
29.1.4.4. Da adoção excepcional do procedimento sumário nas infrações de menor potencial ofensivo	422
29.1.5. O rito sumaríssimo	423
29.2. Rito do Tribunal do Júri com as modificações introduzidas pela Lei nº 11.689/08	423
29.2.1. Adoção do Rito do Tribunal do Júri	423
29.2.1.1. Primeira fase do procedimento	424
29.2.1.2. Decisão de pronúncia	430
29.2.1.3. Decisão de impronúncia	433

29.2.1.4. Sentença de absolvição sumária	434
29.2.1.5. Decisão declinatoria de competência	436
29.2.2. Segunda fase do procedimento	438
29.2.2.1. Preparação do processo com a realização de diligências e relatório sucinto determinando sua inclusão em pauta para julgamento pelo júri popular ...	439
29.2.2.2. Desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região quando for o caso	440
29.2.2.3. Organização da pauta dos processos a serem julgados	442
29.2.2.4. Sorteio e convocação dos jurados	443
29.2.2.5. Instalação da sessão de julgamento	445
29.2.2.6. Instrução do processo em Plenário do Júri	447
29.2.2.7. Sustentação oral em Plenário do Júri	448
29.2.2.8. Dissolução do Conselho de Sentença para a realização de diligências necessárias para o julgamento da causa	450
29.2.2.9. Dos quesitos e sua votação	451
29.2.2.10. Recurso contra a decisão do Júri	455
29.2.2.10.1. Direito de o réu apelar em liberdade contra a decisão do Júri ..	456
29.2.2.10.2. Da revogação do Protesto por Novo Júri pela Lei nº 11.689/08	457
29.2.2.10.3. Da inconstitucionalidade do art. 440	457
29.3. Procedimento das ações penais nos crimes previstos na Lei Antidrogas nº 11.343/06 ..	457
29.3.1. Proposta da Lei Antidrogas	457
29.3.2. Revogação das Leis nºs 6.368/76 e 10.409/02 pela Lei nº 11.343/06	457
29.3.3. Da semi-imputabilidade na forma do art. 46 da Lei Antidrogas	459
29.3.4. Do procedimento adotado nas ações penais	460
29.3.4.1. Do procedimento adotado na ação penal pela prática do crime capitulado no art. 28 da Lei nº 11.343/06	460
29.3.4.2. Procedimento adotado na ação penal pelos crimes previstos nos arts. 33 a 37 da Lei Antidrogas	464
29.3.4.3. Da delação premiada e da proteção às testemunhas	464
29.3.4.4. Da fase administrativa do processo penal na Lei Antidrogas	466
29.3.4.5. Fase judicial do processo na Lei Antidrogas	467
29.3.4.5.1. Do oferecimento da denúncia	467
29.3.4.5.2. Oferecimento de defesa preliminar antes do recebimento da denúncia	467
29.3.4.5.3. Do recebimento da denúncia	470
29.3.4.5.4. Da audiência de instrução e julgamento	470
29.3.4.5.5. Da possibilidade de conversão das alegações finais orais em forma de memoriais	471
29.3.4.5.6. Da inconstitucionalidade do art. 59 da Lei exigindo o recolhimento do réu condenado à prisão para poder apelar da sentença	471
29.3.4.5.7. Medidas assecuratórias na Lei Antidrogas	472
29.3.4.5.8. Liberdade provisória na Lei Antidrogas	473
29.4. Procedimento adotado nos crimes contra a honra	477
29.4.1. Dos crimes contra a honra capitulados no Código Penal	477
29.4.2. Procedimento regulado no Processo Penal nos crimes contra a honra quando de competência da Vara Criminal	480
29.4.3. Ação penal concorrente nos crimes contra a honra	482
29.5. Procedimento adotado no processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos	483

29.5.1. Da competência dos Juizados Especiais Criminais para os crimes de responsabilidade dos funcionários públicos	486
29.6. Procedimento adotado nos crimes contra a propriedade imaterial	487
29.7. Procedimento nos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher	488
29.7.1. Modalidades de violência doméstica e familiar contra a mulher.	489
29.7.2. Das medidas de integração e proteção.	491
29.7.3. Da necessidade de intervenção do Ministério Público	492
29.7.4. Partes legitimadas para a tutela da violência doméstica e familiar contra a mulher.	492
29.7.5. Da garantia de assistência judiciária às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.	493
29.7.6. Os institutos processuais penais previstos na Lei de Violência Doméstica.	493
29.7.6.1. Inconstitucionalidade da cumulação da competência cível e criminal	494
29.7.6.2. A retratação da representação	495
29.7.6.3. Impossibilidade de imposição de pena de cesta básica.	495
29.7.6.4. Possibilidade de audiência de conciliação	496
29.7.7. Implicações do afastamento da Lei nº 9.099/95	496
29.7.7.1. Impossibilidade de lavratura do termo circunstanciado	497
29.7.7.2. Possibilidade de prisão em flagrante.	497
29.7.7.3. Inviabilidade das propostas de transação penal e suspensão condicional do processo	497
29.7.7.4. Natureza jurídica da ação penal por crime de lesão corporal leve e culposa.	498
29.7.7.5. O rito nos crimes dos Juizados de Violência Doméstica.	499
29.7.7.6. Os recursos contra as decisões proferidas pelos Juizados de Violência Doméstica	499
29.7.7.7. Direito Intertemporal – conflito de competência e aplicação retroativa da Lei nº 11.340/06, observância ao princípio do Juiz Natural	500
29.7.8. Questões polêmicas da jurisprudência.	501
29.7.8.1. Competência dos Juizados de Violência Doméstica para a pronúncia	501
29.7.8.2. A prisão preventiva nos Juizados de Violência Doméstica	503
29.7.8.3. Das contravenções praticadas com emprego de violência doméstica.	504
29.8. Conclusões acerca da Lei nº 11.340/06	505
29.9. Procedimento para apuração da prática de ato infracional	507
29.9.1. Introdução	507
29.9.2. Da prática do ato infracional	508
29.9.3. Da apresentação ao membro do Ministério Público	509
29.9.4. Das providências a serem adotadas pelo Ministério Público	510
29.9.4.1. Arquivamento.	510
29.9.4.2. Remissão	510
29.9.4.3. Da desconformidade com o arquivamento ou a remissão	511
29.9.5. Do procedimento para apuração do ato infracional	512
29.9.6. Recursos	514
Capítulo XXX – Crimes Hediondos	517
30.1. Introdução	517
30.2. Da progressão de regime no crime hediondo.	518
30.3. Da liberdade provisória nos crimes hediondos	521
30.4. Possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos nos crimes hediondos	522
30.5. Possibilidade de apelar em liberdade.	522

Capítulo XXXI – Recursos no Processo Penal	523
31.1. Recursos nos Juizados Especiais Criminais Estaduais e Federais	523
31.1.1. Apelação	523
31.1.2. Embargos de declaração	523
31.1.3. Recurso de uniformização de julgado	523
31.1.4. Recurso Especial Anômalo	523
31.1.5. Recurso Extraordinário	524
31.2. Recursos no Juízo Criminal Comum	524
31.2.1. Recurso de apelação	524
31.2.1.1. Prazo para a interposição do recurso	526
31.2.1.2. Prazo para o assistente da acusação interpor recurso	527
31.2.1.3. Prazo para oferecimento das razões e das contrarrazões	528
31.2.2. Embargos de declaração	528
31.2.2.1. Embargos de declaração no Juizado Especial Criminal	528
31.2.2.2. Embargos de declaração no Juízo Criminal Comum	529
31.2.2.3. Efeitos modificativos nos embargos de declaração	529
31.2.3. Embargos infringentes do julgado	530
31.2.3.1. Cabimento dos embargos	530
31.2.3.1.1. O voto médio e o cabimento de embargos infringentes	532
31.2.3.2. Embargos no Superior Tribunal de Justiça	533
31.2.4. Protesto por novo júri	535
31.2.4.1. Revogação do protesto por novo júri pela Lei nº 11.689/08	538
31.2.4.2. Protesto por novo júri na forma regulamentada na lei revogada	541
31.2.5. Carta testemunhável	543
31.2.6. Recurso em sentido estrito	544
31.2.7. Correição parcial	545
31.2.8. Recurso Extraordinário	546
31.2.9. Recurso Especial	547
31.2.10. A tempestividade dos recursos interpostos perante o STJ e o STF	548
31.2.11. Prequestionamento nos Recursos Especial e Extraordinário	549
31.2.11.1. Prequestionamento implícito nos Recursos Especial e Extraordinário	549
31.2.12. Reavaliação de prova em sede de Recursos Especiais	550
31.2.13. Recurso contra a decisão que inadmite os Recursos Especial e Extraordinário	550
31.2.14. Agravo em Execução	551
31.2.14.1. Procedimento do Agravo em Execução	551
31.2.14.2. Prazo e modo de interposição do Agravo em Execução	552
31.2.14.3. Efeitos do Agravo em Execução	552
31.2.14.4. Recurso contra a decisão no Agravo em Execução	552
31.2.14.5. O princípio da fungibilidade no Agravo em Execução	553
Capítulo XXXII – Ações Autônomas de Impugnação no Processo Penal	555
32.1. Generalidade	555
32.2. Revisão criminal	555
32.2.1. Natureza jurídica	555
32.2.2. Finalidade	556
32.2.3. Legitimação processual para promover a revisão criminal	556
32.2.4. Do não cabimento da revisão criminal <i>pro societate</i>	557
32.2.5. Cabimento da revisão	558
32.2.6. Momento oportuno para promover a revisão criminal	559
32.2.7. Da revisão criminal quando condenado o réu por decisão do júri	559

32.2.8. Competência para processar e julgar a revisão criminal	560
32.2.8.1. Da <i>reformatio in melius</i> na revisão criminal	560
32.2.9. Possibilidade de renovação da ação de revisão criminal	560
32.3. Mandado de segurança	561
32.3.1. Conceito	561
32.3.2. Cabimento do mandado de segurança no processo penal	561
32.3.3. Cabimento de medida liminar na ação mandamental e a perda de seus efeitos	563
32.3.4. Partes no mandado de segurança	563
32.3.5. Dos meios de provas no mandado de segurança	564
32.3.6. Órgãos jurisdicionais competentes para o mandado de segurança	564
32.3.7. Participação do Ministério Público no mandado de segurança	564
32.3.8. Recursos admitidos no mandado de segurança	564
32.3.9. Legitimidade da Turma Recursal para o mandado de segurança	565
32.4. <i>Habeas corpus</i>	565
32.4.1. Conceito	565
32.4.2. Da configuração da coação ilegal	566
32.4.3. Das espécies de <i>habeas corpus</i>	568
32.4.3.1. Do <i>habeas corpus</i> liberatório	568
32.4.3.2. Do <i>habeas corpus</i> preventivo	568
32.4.3.2.1. Do <i>habeas corpus</i> para trancamento da ação penal	569
32.4.3.3. Da legitimidade para impetrar <i>habeas corpus</i>	569
32.4.4. Do órgão jurisdicional competente para apreciar o <i>habeas corpus</i> nos delitos de competência do Juizado Especial Criminal	571
32.4.4.1. A necessidade de revisão dos Enunciados dos Juizados Especiais Criminais	573
32.4.5. Das partes no <i>habeas corpus</i>	574
32.4.6. Do recurso cabível contra a decisão proferida no <i>habeas corpus</i>	574
32.4.7. Necessidade de comunicação do impetrante para sustentação oral no <i>habeas corpus</i>	574
32.4.8. Legitimidade do Ministério Público para a impetração do <i>habeas corpus</i>	575
32.5. Reclamação	575
Capítulo XXXIII – Nulidades no Processo Penal	579
33.1. Atos irregulares	579
33.2. Atos inexistentes	579
33.3. A absolvição por juiz incompetente	579
33.4. Atos anuláveis	580
33.5. Nulidades relativas	580
33.6. Nulidades absolutas	580
33.7. Princípios que orientam as nulidades	581
33.7.1. Instrumentalidade das Formas	581
33.7.2. Prejuízo	581
33.7.3. Causalidade	581
33.7.4. Conservação dos Atos Processuais	582
33.7.5. Interesse	582
33.7.6. Convalidação	582
Capítulo XXXIV – Peças Processuais e seus Modelos nos Juizados Especiais Criminais e no Juízo Criminal Comum	583
34.1. Modelos de peças processuais que inauguram o inquérito policial	583

34.1.1. Notícia-crime	583
34.1.2. Representação criminal	584
34.1.3. Requerimento de instauração de inquérito nos crimes em que a ação penal é de natureza privada.	589
34.2. Do relaxamento de prisão em flagrante	591
34.3. Do <i>habeas corpus</i>	593
34.3.1. Conceito	593
34.3.2. Da configuração da coação ilegal	594
34.3.3. Das espécies de <i>habeas corpus</i>	595
34.3.3.1. Do <i>habeas corpus</i> liberatório	595
34.3.3.2. Do <i>habeas corpus</i> preventivo	596
34.3.4. Da legitimidade para impetrar <i>habeas corpus</i>	596
34.3.5. Do órgão jurisdicional competente para apreciar o <i>habeas corpus</i> nos delitos de competência do Juizado Especial Criminal.	596
34.3.5.1. A necessidade de revisão dos Enunciados dos Juizados Especiais Criminais	598
34.3.6. Das partes no <i>habeas corpus</i>	598
34.3.7. Do recurso cabível contra a decisão proferida no <i>habeas corpus</i>	598
34.4. Modelo das peças processuais que inauguram a ação penal	603
34.4.1. Modelo de denúncia	603
34.4.2. Modelo de queixa-crime	604
34.4.3. Modelo de procuração para queixa-crime	605
34.5. Modelo de recurso de apelação e suas razões	606
34.5.1. Modelo da petição de interposição do recurso de apelação	607
34.5.2. Modelo de razões de apelação	607
34.6. Dos embargos de declaração	610
34.6.1. Modelo de interposição de embargos	610
34.7. Da defesa preliminar	611
34.7.1. Modelo de defesa preliminar	612
34.8. Do termo circunstanciado	613
34.8.1. Modelo de termo circunstanciado	615
34.8.2. Modelo de pedido de arquivamento de termo circunstanciado pela atipicidade da conduta.	616
34.9. Modelo de defesa preliminar no procedimento sumaríssimo – art. 394, § 1º, inciso III, do Código de Processo Penal, e art. 81 da Lei nº 9.099/95, arguindo questões preliminares de extinção de punibilidade e introduzindo matéria de defesa visando a inibir o recebimento da denúncia	619
34.9.1. Modelo de alegações finais em forma de memorial	621
34.10. Modelos de peças processuais no juízo criminal comum	623
34.10.1. Modelo de resposta inicial obrigatória no rito comum ordinário e sumário, bem como no rito do Tribunal do Júri	623
34.10.1.1. Modelo de resposta inicial obrigatória no rito comum sumário, no crime de lesão corporal, capitulado no art. 129, § 9º, do Código Penal, envolvendo violência doméstica, arguindo preliminares de exceção de incompetência e de extinção de punibilidade, e, no mérito, formulando pedido de absolvição sumária, com base no art. 397, IV, do Código de Processo Penal	624
34.10.1.2. Modelo de exceção de incompetência relativa do juízo	626
34.11. Modelo de alegações finais da defesa, em forma de memorial, nos ritos comuns ordinário, sumário e sumaríssimo, assim como no rito do Tribunal do Júri e nos especiais	627
34.11.1. Modelo de alegações finais ratificando o pedido de absolvição formulado pelo Ministério Público	627

34.11.2. Modelo de alegações finais no rito do Tribunal do Júri, corroborando o pedido de impronúncia do réu formulado pelo Ministério Público	629
34.11.3. Modelo de alegações finais com pedido alternativo	630
34.11.4. Modelo de alegações finais da defesa, em forma de memorial. Procedimento comum ordinário. Arguição preliminar de nulidade do processo por cerceamento de defesa. Competência da Justiça Federal. Crime contra a Fé Pública – art. 289, § 1º, do Código Penal	636
34.12. Modelos de recursos no juízo criminal comum	638
34.12.1. Modelo de recurso de apelação	638
34.12.1.1. Modelo de petição de interposição do recurso de apelação na Vara Criminal	638
34.12.1.2. Modelo de petição protestando pela apresentação das razões do recurso de apelação no tribunal <i>ad quem</i> , quando o réu manifestou por termo nos autos o desejo de apelar	638
34.12.1.3. Modelo de petição dirigida ao relator do recurso de apelação requerendo a juntada das razões de recurso, em razão de o réu haver protestado pela apresentação das razões no tribunal <i>ad quem</i>	639
34.12.1.4. Modelo de petição requerendo a juntada das razões de recurso de apelação interposto por termo nos autos	639
34.12.1.5. Modelo de razões de recurso de apelação	640
34.12.2. Modelo de protesto por novo júri	651
34.12.3. Modelos de embargos infringentes	652
34.12.3.1. Modelo de petição de interposição dos embargos infringentes	652
34.12.3.2. Modelo de razões nos embargos infringentes	652
34.12.4. Modelo de recurso em sentido estrito	657
34.12.4.1. Modelo de petição de interposição do recurso em sentido estrito	657
34.12.4.2. Modelo de petição de interposição de recurso em sentido estrito que subirá nos próprios autos da ação penal	658
34.12.4.3. Modelo de petição requerendo a juntada das razões do recurso em sentido estrito	659
34.12.4.4. Modelo de razões de recurso em sentido estrito	659
34.12.5. Modelo de revisão criminal	660
34.12.5.1. Modelo de revisão criminal	660
Capítulo XXXV – Novos Modelos de Petições no Juízo Criminal Comum, com a Síntese Doutrinária de cada Tema Referente, Facilitando a Compreensão do mesmo	663
35.1. Modelo de pedido de revogação de prisão preventiva, com pedido alternativo de liberdade provisória com base no art. 310, parágrafo único, do CPP	663
35.2. Modelo de pedido de relaxamento de prisão em flagrante delito, por vícios formal e material, com pedido alternativo de liberdade provisória com base no art. 310, parágrafo único	667
35.3. Queixa-crime subsidiária – síntese	673
35.3.1. Modelo de queixa-crime subsidiária ou substitutiva quando o Ministério Público não oferece a denúncia no prazo legal no crime de lesões corporais graves	674
35.4. Queixa-crime na ação penal privada – síntese	675
35.4.1. Modelo de queixa-crime na ação penal puramente privada	675
35.4.2. Modelo de queixa-crime pelo crime de calúnia qualificada, por ter a ofensa à honra sido feita na presença de várias pessoas – competência do Juízo da Vara Criminal do local onde se deram os fatos delituosos	678
35.4.3. Modelo de procuração para oferecer a queixa-crime acima	679

35.4.4. Modelo de notícia-crime oferecida diretamente ao Delegado de Polícia da DP do local onde ocorreu o delito, requerendo a instauração do Inquérito Policial	679
35.4.5. Modelo de denúncia por lesões corporais graves – competência do Juízo da Vara Criminal do local onde ocorreu o delito	680
35.4.6. Modelo de denúncia no crime de latrocínio praticado por dois agentes, em concurso de pessoas	681
35.5. Modelo de resposta inicial obrigatória nos ritos comuns ordinário e sumário, bem como no do Tribunal do Júri	682
35.5.1. Limite legal de testemunhas a serem arroladas pelas partes	683
35.5.2. Modelo de petição de arbitramento de fiança na Vara Criminal	684
35.5.3. Modelo de pedido de liberdade provisória no delito afiançável, com base no art. 350 do CPP, quando se tratar de preso pobre que não dispõe de recurso para prestar fiança	685
35.5.4. Modelo de pedido de liberdade provisória em crime inafiançável, ainda que hediondo o delito, com base no art. 310, parágrafo único, do CPP.	686
35.5.5. Modelo de pedido de relaxamento de prisão em flagrante delito por vício material contido no auto de prisão em flagrante, com pedido alternativo de liberdade provisória com base no art. 350 do CPP, por ser afiançável o delito e o preso não dispor de recursos financeiros para prestar fiança	687
35.5.6. Modelo de <i>habeas corpus</i> liberatório requerendo o relaxamento de prisão em flagrante delito por vício material contido no auto de prisão em flagrante, com pedido alternativo de liberdade provisória com base no art. 350 do CPP, por ser afiançável o delito e o preso não dispor de recursos financeiros para prestar fiança	689
35.5.7. Modelo de <i>habeas corpus</i> liberatório requerendo a concessão de liberdade provisória com base no art. 350 do CPP, por ser afiançável o delito e o preso não dispor de recursos financeiros para prestar fiança	690
35.6. Alegações finais – síntese.	692
35.6.1. Modelo de alegações finais no crime de homicídio qualificado	692
35.7. Apelação – síntese	696
35.7.1. Modelo de petição de interposição de apelação contra a sentença que condenou o réu por crime de furto	696
35.8. Modelo das razões de apelação fundamentando a fragilidade da prova em crime de furto decorrente de flagrante presumido.	697
35.9. Recurso em sentido estrito – síntese	698
35.9.1. Modelo de recurso em sentido estrito por instrumento	699
35.10. Modelo de razões no recurso em sentido estrito	700
35.11. Modelo de petição requerendo a juntada das contrarrazões no recurso em sentido escrito	701
35.12. Modelo das contrarrazões de recurso em sentido estrito.	701
35.13. Embargos de declaração – síntese	710
35.13.1. Modelo de embargos de declaração por contradição, com efeitos infringentes do julgado	712
35.14. Embargos infringentes do julgado – síntese	713
35.14.1. Embargos infringentes e de nulidade do julgado – síntese	713
35.14.2. Modelo de interposição e das razões dos embargos infringentes do julgado, no crime de furto decorrente de flagrante presumido.	713
35.14.3. Modelo das razões nos embargos infringentes	714
35.15. Revisão criminal – síntese	715
35.15.1. Modelo de revisão criminal contra o acórdão que modificou a sentença absolutória para condenar o réu, visando o recurso à modificação do acórdão, para absolver o requerente e, como pedido alternativo, à modificação do regime de pena.	716

35.16. <i>Habeas corpus</i> – síntese	718
35.16.1. Modelo de <i>habeas corpus</i> em crime de homicídio doloso para relaxamento da prisão por vício formal – ausência do advogado no flagrante	719
Anexo I – Jurisprudência	729
1. <i>Habeas corpus</i>	729
2. Suspensão condicional do processo	737
Anexo II – Legislação e Enunciados	753
Lei nº 9.009, de 26 de setembro de 1995	753
Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001	765
Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006	769
Ato TJ Nº SN10, de 09.07.2009 (Estadual)	776
Bibliografia	787